



**MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019
NÍVEL SUPERIOR - TARDE**

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____



Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico	11 a 15
Legislação	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50



Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.

2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●

3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.

4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.

5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.

7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.



A gratidão tem o poder de salvar vidas (ou por que você deveria escrever aquela nota de agradecimento)

Richard Gunderman. Tradução: Camilo Rocha

A gratidão pode ser mais benéfica do que costumamos supor. Um estudo recente pediu que pessoas escrevessem uma nota de agradecimento para alguém e depois estimassem o quão surpreso e feliz o recebedor ficaria. Invariavelmente, o impacto foi subestimado. Outro estudo avaliou os benefícios para a saúde de se escrever bilhetes de obrigado. Os pesquisadores descobriram que escrever apenas três notas de obrigado ao longo de três semanas melhorava a satisfação com a vida, aumentava sentimentos de felicidade e reduziria sintomas de depressão.

Existem múltiplas explicações para os benefícios da gratidão. Uma é o fato de que expressar gratidão encoraja os outros a continuarem sendo generosos, promovendo, assim, um ciclo virtuoso de bondade em relacionamentos. Da mesma maneira, pessoas agradecidas talvez fiquem mais propensas a retribuir com seus próprios atos de bondade. Falando de modo mais amplo, uma comunidade em que as pessoas se sentem agradecidas umas com as outras tem mais chance de ser um lugar agradável para se viver do que uma caracterizada por suspeição e ressentimento mútuos.

Os efeitos benéficos da gratidão podem ir ainda mais longe. Por exemplo, quando muitas pessoas se sentem bem sobre o que outra pessoa fez por elas, elas sentem um senso de elevação, com um conseqüente reforço da sua consideração pela humanidade. Alguns se inspiram a tentar se tornar também pessoas melhores, fazendo mais para ajudar a trazer o melhor nos outros e trazendo mais bondade para o mundo à sua volta.

É claro, atos de bondade também podem fomentar desconforto. Por exemplo, se pessoas sentem que não são merecedoras de bondade ou suspeitam que há algum motivo por trás da bondade, os benefícios da gratidão não se realizarão. Do mesmo modo, receber bondade pode fazer surgir um senso de dívida, deixando nos beneficiários uma sensação de que precisam pagar de volta a bondade recebida. A gratidão pode florescer apenas se as pessoas têm confiança o suficiente em si mesmas e nos outros para permitir que isso aconteça.

Outro obstáculo para a gratidão é frequentemente chamado de senso de merecimento. Em vez de sentir um benefício como

uma virada boa, as pessoas às vezes o veem como um mero pagamento do que lhes é devido, pelo qual ninguém merece nenhum crédito moral. Ainda que seja importante ver que a justiça está sendo feita, deixar de lado oportunidades por sentimentos genuínos e expressões de generosidade também podem produzir uma comunidade mais impessoal e fragmentada.

Quando Defoe retratou a personagem Robinson Crusoe fazendo da ação de graças uma parte diária de sua vida na ilha, ele estava antecipando descobertas nas ciências sociais e medicina que não apareceriam por centenas de anos. Ele também estava refletindo a sabedoria de tradições religiosas e filosóficas que têm início há milhares de anos. A gratidão é um dos estados mentais mais saudáveis e edificantes, e aqueles que a adotam como hábito estão enriquecendo não apenas suas próprias vidas mas também as vidas daqueles à sua volta.

Adaptado de: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2018/08/11/A-gratid%C3%A3o-tem-o-poder-de-salvar-vidas-ou-por-que-voc%C3%AA-deveria-escrever-aquela-nota-de-agradecimento>
Acesso em: 04 fev. 2020.

1. Considere as ideias e informações apresentadas no texto e assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os três primeiros parágrafos têm a função de apresentar os efeitos positivos da gratidão na vida das pessoas.
- (B) A sequência lógica do texto revela que não apenas aspectos positivos estão articulados à gratidão, pois, nos 4º e 5º parágrafos, é apresentado um contraponto aos benefícios da gratidão.
- (C) Ocorre uma contradição interna no texto, visto que, primeiramente, é apresentada a serventia da gratidão, porém, em seguida, o autor se contradiz.
- (D) A referência à obra literária de Defoe exemplifica, por meio da experiência de Robinson Crusoe, que a importância do hábito da gratidão não é recente.
- (E) O autor acredita que o atual individualismo na sociedade pode ser uma consequência da falta de atitudes de agradecimento nas relações pessoais.

2. Assinale a alternativa que analisa e classifica corretamente a oração em destaque no seguinte excerto: “[...] uma comunidade em que as pessoas se sentem agradecidas umas com as outras tem mais chance de ser um lugar agradável para se viver [...]”.

- (A) Oração substantiva completiva nominal, pois completa o sentido do nome “comunidade”, sem a qual esse substantivo não teria sentido completo.
- (B) Oração adjetiva restritiva, pois caracteriza e especifica qual comunidade é agradável.
- (C) Oração adjetiva explicativa, pois generaliza que toda comunidade tem chance de ser agradável.
- (D) Oração adverbial final, pois indica a finalidade de comportamento que se espera em uma comunidade.
- (E) Oração adverbial condicional, visto que apresenta uma condição para que a comunidade seja agradável.

3. Assinale a alternativa em que a substituição do verbo em destaque em “Existem múltiplas explicações para os benefícios da gratidão.” respeite as normas de concordância.

- (A) Faz múltiplas explicações para os benefícios da gratidão.
- (B) Há múltiplas explicações para os benefícios da gratidão.
- (C) A múltiplas explicações para os benefícios da gratidão.
- (D) Hão múltiplas explicações para os benefícios da gratidão.
- (E) Existe múltiplas explicações para os benefícios da gratidão.

4. Assinale a alternativa que apresenta a relação estabelecida pela oração em destaque na seguinte frase: “[...] aqueles que a adotam como hábito estão enriquecendo não apenas suas próprias vidas mas também as vidas daqueles à sua volta.”.

- (A) Alternativa.
- (B) Optativa.
- (C) Aditiva.
- (D) Alternativa.
- (E) Conclusiva.

5. Considerando que a oração em destaque classifica-se como reduzida por não apresentar conectivo e por apresentar um verbo em sua forma nominal, assinale a alternativa que apresenta um desenvolvimento dessa oração com sentido coerente e redação adequada. “Uma é o fato de que expressar gratidão encoraja os outros a continuarem sendo generosos, promovendo assim um ciclo virtuoso de bondade em relacionamentos.”.

- (A) [...] porque promove, assim, um ciclo virtuoso de bondade em relacionamentos.
- (B) [...] visto que promova, assim, um ciclo virtuoso de bondade em relacionamentos.
- (C) [...] desde que promova, assim, um ciclo virtuoso de bondade em relacionamentos.
- (D) [...] quando promove, assim, um ciclo virtuoso de bondade em relacionamentos.
- (E) [...] se promove, assim, um ciclo virtuoso de bondade em relacionamentos.

6. No texto de apoio, predomina o discurso

- (A) narrativo.
- (B) descritivo.
- (C) expositivo.
- (D) argumentativo.
- (E) injuntivo.

7. Considerando os usos do “se” no seguinte excerto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

“Por exemplo, se pessoas sentem que não são merecedoras de bondade ou suspeitam que há algum motivo por trás da bondade, os benefícios da gratidão não se realizarão.”

- I. Nas duas ocorrências, o “se” é um pronome que integra o sentido do verbo.
- II. Na primeira ocorrência, o “se” tem valor condicional.
- III. Na segunda ocorrência, o “se” indica que a oração está na voz passiva.
- IV. Nas duas ocorrências, servem para indeterminar os sujeitos verbais.

- (A) Apenas I e IV.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas I e III.

8. De acordo com o contexto, a palavra em destaque em “[...] uma comunidade [...] caracterizada por suspeição e ressentimento mútuos.” significa

- (A) afeição.
- (B) preconceito.
- (C) superstição.
- (D) rancor.
- (E) desconfiança.

9. Assinale a alternativa em cuja palavra ocorre um dígrafo.

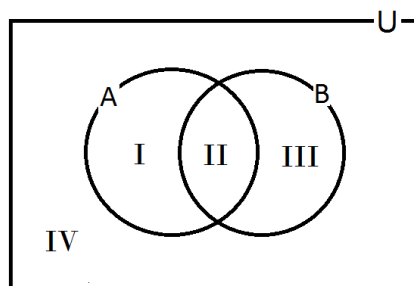
- (A) Gratidão.
- (B) Benefícios.
- (C) Subestimado.
- (D) Pesquisadores.
- (E) Escrever.

10. A expressão em destaque em “Outro obstáculo para a gratidão [...]” (5º parágrafo) retoma

- (A) “Os efeitos benéficos da gratidão” – (3º parágrafo).
- (B) “atos de bondade” – (4º parágrafo).
- (C) “senso de dívida” – (4º parágrafo).
- (D) “beneficiários” – (4º parágrafo).
- (E) “comunidade mais impessoal e fragmentada.” – (5º parágrafo).

Raciocínio Lógico

11. A é o conjunto de todas as pessoas que dominam o idioma espanhol e B é o conjunto de todas as pessoas que dominam o idioma inglês, conforme representado no diagrama a seguir:



Com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) a região I representa o conjunto de todas as pessoas que dominam o idioma inglês, mas não dominam o idioma espanhol.
- (B) a região II representa o conjunto de todas as pessoas que dominam os dois idiomas.
- (C) a região III representa o conjunto de todas as pessoas que dominam o idioma espanhol, mas não dominam o idioma inglês.
- (D) a região IV representa o conjunto de todas as pessoas que dominam os dois idiomas.
- (E) U representa o conjunto de todas as pessoas que não dominam nenhum desses dois idiomas.

12. É correto afirmar que

- (A) 0,89% de 400 é igual a 356.
- (B) 1.700% de 18 é igual a 30.600.
- (C) $\frac{1}{5}$ de 1.000 corresponde a 25% de 1.000.
- (D) 0,018 é igual a 12% de 0,15.
- (E) 95 é igual a 17% de 500.

13. Afirmar que “João joga futebol na sexta-feira ou João joga futebol no sábado e no domingo” é equivalente a afirmar, por definição de equivalência de proposições, que

- (A) “João joga futebol na sexta-feira ou no domingo e João joga futebol na sexta-feira ou no sábado”.
- (B) “João não joga futebol na sexta-feira ou no domingo e João joga futebol na sexta-feira ou no sábado”.
- (C) “João joga futebol na sexta-feira ou no domingo e João não joga futebol na sexta-feira ou no sábado”.
- (D) “João joga futebol na sexta-feira e no domingo se, e somente se, João joga futebol na sexta-feira ou no sábado”.
- (E) “João nunca joga futebol na sexta-feira”.

14. Considere como verdadeira a seguinte sentença: “Sara vai ao cinema ou ao clube”. A negação dessa sentença, por definição, será dada por

- (A) “Sara não vai ao clube e vai ao cinema”.
- (B) “Sara vai ao clube e não vai ao cinema”.
- (C) “Sara não vai ao cinema ou vai ao clube”.
- (D) “Sara vai ao cinema ou não vai ao clube”.
- (E) “Sara não vai ao cinema e não vai ao clube”.

15. Se multiplicarmos o numerador de uma fração por 3 e o denominador por 21, o valor da fração ficará

- (A) multiplicado por 21.
- (B) multiplicado por $\frac{1}{7}$.
- (C) multiplicado por 3.
- (D) dividido por 3.
- (E) dividido por $\frac{1}{3}$.

Legislação

16. Analise as alternativas a seguir e assinale a correta em relação à Lei Orgânica de Novo Hamburgo.

- (A) O Prefeito de Novo Hamburgo deve ser nascido e registrado no Município.
- (B) A Câmara dos Vereadores pode expandir o território de Novo Hamburgo com a aprovação de lei municipal.
- (C) O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e os Municípios para a execução de suas leis, serviços e decisões, ou outros encargos análogos a essas esferas.
- (D) Não compete ao Município estimular a educação e a prática desportiva.
- (E) Compete ao Prefeito indicar o Presidente da Câmara durante o seu governo.

17. Assinale a alternativa correta sobre as regras de comércio localizado no Município de Novo Hamburgo.

- (A) Não é exigido Alvará de Licença para estabelecimento que goze de imunidade ou isenção tributária no território municipal.
- (B) A expedição de Alvará de Licença é gratuita.
- (C) O Alvará de Licença só pode ser revogado em caso de cometimento de crime pelo estabelecimento licenciado.
- (D) A Prefeitura não pode conceder Alvará de Licença a título precário ou provisório.
- (E) Os estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e institucionais somente poderão funcionar no território municipal munidos de Alvará de Licença, expedido pela Administração Municipal.

18. Referente ao regime estatutário dos servidores públicos municipais, previsto na Lei Municipal nº 333 de 2000, assinale a alternativa INCORRETA sobre as regras de remuneração e vencimento.

- (A) Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.
- (B) O vencimento padrão do cargo observará o princípio da isonomia e demais preceitos constitucionais.
- (C) O servidor perderá a remuneração dos dias que faltar injustificadamente ao serviço, sem prejuízo das demais penalidades disciplinares aplicáveis.
- (D) A remuneração do servidor não será objeto de arresto, sequestro, penhora ou qualquer

outro ato de constrição, exceto nos casos de prestação de alimentos decorrentes de homologação ou decisão judicial.

- (E) A remuneração mensal acumulada dos servidores pode, até mesmo, ultrapassar os vencimentos mensais somados de um Secretário Municipal.

19. Acerca das regras do regime estatutário dos servidores de Novo Hamburgo, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O servidor fará jus, anualmente, ao gozo de um período de férias, sem prejuízo de sua remuneração.
- (B) Terá direito a férias dobradas o servidor que, no curso do período aquisitivo, tiver gozado de licenças para tratamento de saúde, por acidente em serviço ou enfermidade profissional, ou por motivo de doença da família, por mais de quatro meses contínuos ou seis meses descontínuos.
- (C) Não fará jus a férias o servidor que faltar injustificadamente ao serviço por mais de vinte dias, no respectivo período aquisitivo.
- (D) É vedado descontar, no período de férias, as faltas do servidor ao serviço.
- (E) Não fará jus a férias o servidor que, no respectivo período aquisitivo, estiver em disponibilidade por mais de trinta dias, sendo-lhe assegurado, entretanto, a percepção de um terço da sua remuneração.

20. Analise as assertivas sobre o Plano de Classificação de Cargos e Funções para os servidores municipais e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A atividade em regime de dedicação plena corresponde tanto à atividade em tempo integral, quando sujeitar o servidor público a maior número de horas semanais do que o estabelecido por lei para seu cargo, quanto à atividade com dedicação exclusiva, quando, além do tempo integral, assim o exijam condições especiais ao desempenho das atribuições inerentes à própria atividade.
- II. O desempenho de atividade em regime de dedicação plena tem natureza provisória e caráter eminentemente precário e não gera, para o servidor público, qualquer direito à incorporação do respectivo adicional, a qualquer tempo ou título.
- III. Sobre o adicional auferido incidirão também todos os outros adicionais ou gratificações.

- (A) Apenas I e II.
(B) Apenas I e III.
(C) Apenas II e III.
(D) I, II e III.
(E) Apenas III.

Conhecimentos Específicos

21. Considere um empréstimo bancário realizado no valor de R\$ 100.000,00 para ser liquidado em 100 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira ao final do 1º mês. Sabe-se que o empréstimo foi realizado pelo regime do Sistema Francês (Tabela Price) de Amortização, à taxa de juros compostos de 2% ao mês, obtendo-se o valor de R\$ 2.800,00 para cada prestação. Com base nos dados apresentados, o saldo devedor do empréstimo, após o pagamento da 2ª prestação, será de

- (A) R\$ 99.380,00.
(B) R\$ 99.200,00.
(C) R\$ 98.384,00.
(D) R\$ 98.551,68.
(E) R\$ 98.702,71.

22. Paulo realizou um empréstimo bancário no valor de R\$ 96.000,00 que deverá ser pago em 6 (seis) prestações trimestrais pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), à taxa de 9% ao trimestre. Com base nos dados expostos, o valor da quinta prestação será de

- (A) R\$ 24.640,00.
(B) R\$ 23.200,00.
(C) R\$ 21.760,00.
(D) R\$ 20.320,00.
(E) R\$ 18.880,00.

23. João tinha uma dívida contratual com valor nominal de R\$ 2.000,00. Essa dívida foi paga com atraso de 6 meses, sendo que a taxa de juros simples era de 10% ao mês, caso João atrasasse o pagamento. Assim, o valor total da dívida paga por João foi de

- (A) R\$ 4.000,00.
(B) R\$ 3.200,00.
(C) R\$ 3.100,00.
(D) R\$ 3.400,00.
(E) R\$ 3.600,00.

24. Uma sociedade comercial adquiriu, a prazo, 80 unidades de mercadorias para comercialização no seu estabelecimento, ao valor de R\$ 300,00 cada unidade. Sabe-se que a operação teve a incidência de ICMS de 18% e IPI a 6%. Com base nas informações apresentadas, a sociedade comercial apurou um custo de aquisição de mercadorias no valor de

- (A) R\$ 25.440,00.
(B) R\$ 23.120,00.
(C) R\$ 24.000,00.
(D) R\$ 21.120,00.
(E) R\$ 20.860,80.

25. Analise a relação de contas e os seguintes saldos de uma empresa.

Amortização Acumulada	R\$ 50.000,00
Duplicatas descontadas	R\$ 30.000,00
Despesas antecipadas	R\$ 20.000,00
Capital social a integralizar	R\$ 30.000,00
Ações em tesouraria	R\$ 20.000,00
Adiantamento de clientes	R\$ 50.000,00
Perda estimada para redução ao valor recuperável	R\$ 10.000,00
Ajuste a valor presente de cliente	R\$ 10.000,00
Ajustes de avaliação patrimonial positivo	R\$ 5.000,00

Considerando as informações registradas, essa empresa evidenciará um montante com os saldos credores no valor de

- (A) R\$ 95.000,00.
- (B) R\$ 145.000,00.
- (C) R\$ 155.000,00.
- (D) R\$ 165.000,00.
- (E) R\$ 130.000,00.

26. Em 31/12/2017, determinada empresa apresentava as seguintes informações acerca do Patrimônio Líquido (PL):

Capital Social: R\$ 200.000,00;
Reserva Legal: R\$ 30.000,00;
Reserva Estatutária: R\$ 20.000,00;
Ações em Tesouraria: R\$ 10.000,00

Em 2018, essa empresa apurou um Lucro Líquido no Exercício (LLE) no valor de R\$ 250.000,00. Sabe-se que a empresa apresenta a política de destinação do Lucro Líquido do Exercício da seguinte forma:

- Reserva legal correspondente ao estabelecido na legislação societária.
- Reserva estatutária corresponde a 10% do lucro líquido, conforme estabelecido na legislação societária e no estatuto social da empresa.
- Dividendos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal, nos termos estabelecidos na legislação societária e no estatuto social da empresa.

Com base nas informações apresentadas, essa empresa registrará um valor de dividendos obrigatórios de

- (A) R\$ 65.000,00.
- (B) R\$ 68.250,00.
- (C) R\$ 75.000,00.
- (D) R\$ 72.000,00.
- (E) R\$ 71.250,00.

27. A respeito do arrendamento mercantil, é correto afirmar que

- (A) o arrendamento operacional é o arrendamento que transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.
- (B) o arrendamento financeiro é o arrendamento que não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.
- (C) o ativo de direito de uso é o ativo que é o objeto de arrendamento, para o qual o direito de usar esse ativo foi fornecido pelo arrendador ao arrendatário.
- (D) o ativo subjacente é o ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.
- (E) o arrendador, no arrendamento financeiro, deve fornecer explicação qualitativa e quantitativa sobre as alterações significativas no valor contábil do investimento líquido em arrendamentos financeiros.

28. Acerca dos critérios de avaliação do ativo, nos termos da legislação societária, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos serão classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo e serão avaliadas pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
- II. Os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, serão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for maior.
- III. Os elementos do ativo decorrentes de operações de curto e longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I.

- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

29. Dispõe o artigo art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988, que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, o excerto apresentado é exemplo de norma constitucional de eficácia

- (A) plena.
- (B) limitada.
- (C) contida.
- (D) exaurida.
- (E) absoluta.

30. Em observância ao que dispõe a Constituição Federal de 1988, referente ao direito à obtenção de certidões, assinale a alternativa correta.

- (A) O remédio constitucional que protege o direito de certidão é o mandado de segurança.
- (B) O direito de obter certidão tem como finalidade a defesa de direitos e a defesa contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O direito à obtenção de certidões tem como finalidades a defesa de direitos e o esclarecimento de situações de interesse de terceiros.
- (D) O direito à obtenção de certidões em repartições públicas depende do pagamento de taxas, pois trata-se de prerrogativa de todas as pessoas.
- (E) O remédio constitucional destinado a proteger o direito de certidão é o habeas data.

31. **Sobre os Direitos Constitucionais da inviolabilidade à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A violação desses bens jurídicos ensejará indenização, cujo montante deverá observar o grau de reprovabilidade da conduta.
- (B) O direito à honra protege, desse modo, o sentimento de dignidade e a reputação dos indivíduos, o “bom nome” que os diferencia na sociedade.
- (C) As indenizações por dano material e por dano moral são cumuláveis, ou seja, diante de um mesmo fato, é possível que se reconheça o direito a ambas as indenizações.
- (D) As pessoas jurídicas não poderão ser indenizadas por dano moral, uma vez que não são titulares dos direitos à honra e à imagem.
- (E) A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis. Elas consistem espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas.

32. **Referente à prática do racismo no Brasil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.**

- I. **É crime imprescritível, ou seja, não sofre prescrição.**
- II. **É crime inafiançável que não admite o pagamento de fiança para que o preso seja solto.**
- III. **O racismo é punível com a pena de detenção, nos termos da lei.**
- IV. **Constitui crime de racismo comerciar livros fazendo apologia de ideias preconceituosas e discriminatórias contra a comunidade judaica.**

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II, III e IV.

33. **Acerca da revogação, anulação e convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) A revogação é a supressão de um ato administrativo válido e discricionário por motivo de interesse público superveniente, que o tornou inconveniente ou inoportuno, possuindo efeitos “ex nunc”. Isso quer dizer que seus efeitos retroagem.
- (B) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.
- (C) Nem todo ato administrativo é passível de revogação, a exemplo dos atos vinculados.
- (D) A convalidação representa a possibilidade de “corrigir” ou “regularizar” um ato administrativo, tem por objetivo manter os efeitos já produzidos pelo ato e permitir que ele permaneça no mundo jurídico.
- (E) São convalidáveis os atos que tenham vício de competência e de forma, nesta incluindo-se os aspectos formais dos procedimentos administrativos.

34. **Os contratos administrativos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente,**

- (A) exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, dos direitos relativos às obras vinculadas à concessão.
- (B) fixar os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso.
- (C) descrever o preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas.
- (D) estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão.
- (E) estipular a obrigatoriedade, à forma e à periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente.

35. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Assim sendo, o servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado

- (A) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando suscetível de readaptação.
- (B) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de Lei Ordinária.
- (C) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de Lei Ordinária.
- (D) no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em Lei do respectivo ente federativo.
- (E) no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.

36. Os poderes administrativos representam os instrumentos que a Administração Pública pode utilizar para cumprir seus objetivos e suas finalidades. Um exemplo desses poderes é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades, e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

O enunciado refere-se ao poder

- (A) de polícia.
- (B) regulamentar.
- (C) normativo.
- (D) hierárquico.
- (E) disciplinar.

37. Nos termos do Código Civil, a respeito dos bens públicos, é correto afirmar que

- (A) os bens públicos de uso comum do povo são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) os bens públicos de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- (D) os bens públicos estão sujeitos à usucapião.
- (E) consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

38. A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Por conseguinte, o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro, decai em

- (A) 2 (dois) anos.
- (B) 3 (três).
- (C) 4 (quatro) anos.
- (D) 5 (cinco) anos.
- (E) 10 (dez) anos.

39. Em relação aos bens imóveis e móveis, nos termos do Código Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Considera-se bem móvel, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
- II. Não perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- III. Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- IV. Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.

- (A) Apenas I, e III.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas I, II e III.

40. Em relação aos bens, como as edificações onde estão instaladas as “Escolas Públicas”, no Município de Novo Hamburgo (RS), são classificados como bens públicos os de uso(s)

- (A) comum do povo, sendo inalienáveis e não sujeitos a usucapião.
- (B) dominicais, podendo ser alienáveis e sujeitos a usucapião.
- (C) dominicais, sendo inalienáveis e não sujeitos a usucapião.
- (D) especiais, sendo inalienáveis e não sujeitos a usucapião.
- (E) especiais, podendo ser alienáveis e não sujeitos a usucapião.

41. Acerca da Administração Tributária, nos termos previstos no Código Tributário Nacional (CTN), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Para os efeitos da legislação tributária, têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- () As pessoas que gozem de imunidade tributária ou isenção de caráter pessoal submetem-se às obrigações perante as autoridades administrativas, no cumprimento de suas atribuições.
- () A Fazenda Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- () Os inventariantes, mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

- (A) F – V – F – V.
- (B) F – F – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – V – V – V.

42. Nos termos do Código Tributário Nacional (CTN), a respeito da responsabilidade tributária de terceiros, quando da impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, o(s)

- (A) adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- (B) diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- (D) espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- (E) sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação.

43. A obrigação tributária acessória possui como finalidade auxiliar a arrecadação e a fiscalização dos tributos. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O descumprimento da obrigação acessória não gera uma obrigação principal.
- (B) Os tributos e as multas constituem obrigação tributária acessória, evidenciada pelo caráter pecuniário, ou seja, a obrigação de dar algo.
- (C) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (D) A obrigação acessória independe da existência de uma obrigação principal.
- (E) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

- 44. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), NÃO é causa de extinção do crédito tributário a**
- (A) dação em pagamento em bens imóveis, na forma e nas condições estabelecidas em lei.
 - (B) dação em pagamento em bens móveis, na forma e nas condições estabelecidas em lei.
 - (C) conversão de depósito em renda.
 - (D) remissão.
 - (E) compensação.
- 45. No Município de Novo Hamburgo (RS), o ITBI não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos, quando decorrentes de**
- (A) fusão, incorporação ou cisão de pessoa jurídica.
 - (B) transmissões de imóveis por desapropriação.
 - (C) extinção de usufruto, quando seu instituidor tenha continuado dono da nua-propriedade.
 - (D) transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunhão decorrente do regime de bens do casamento, quando correspondente à sua quota-parte ideal.
 - (E) transmissão cujo valor seja inferior a 5.000 (cinco mil) Unidades de Referência Municipal (URM).
- 46. Uma empresa, localizada no Município de Novo Hamburgo (RS), possui 90 empregados registrados e mantém creche exclusiva para os filhos de seus empregados. Sabe-se que essa empresa é conveniada com o Município para a elaboração do projeto de implantação e orientação pertinente ao estágio de profissionais atendentes. Nesse caso, essa empresa terá a possibilidade da concessão à isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de**
- (A) 10% sob alíquota de 3,5%.
 - (B) 30% sob alíquota de 0,35%.
 - (C) 50% sob alíquota de 0,35%.
 - (D) 70% sob alíquota de 3,5%.
 - (E) 20% sob alíquota de 03,5%.
- 47. Referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), no Município de Novo Hamburgo (RS), assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) O imposto incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
 - (B) A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.
 - (C) O imposto não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
 - (D) O imposto de profissional autônomo, em decorrência da prestação de serviços sob a forma de trabalho de cunho pessoal, será de 180 (cento e oitenta) Unidades de Referência Municipal (URM), para profissionais liberais que prestem serviço em razão da qualificação por curso superior.
 - (E) O lançamento será feito com base nos dados constantes no Cadastro de Prestadores de Serviços e das declarações e guias de recolhimento.
- 48. Referente às Taxas de Serviços, no Município de Novo Hamburgo (RS), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**
- I. Tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço específico e divisível, prestado ao sujeito passivo ou posto à sua disposição.
 - II. Representa uma espécie de taxa de serviços diversos: a taxa de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
 - III. Representa uma espécie de taxa de serviços diversos, a taxa de coleta e incineração de resíduos sépticos originários dos prestadores de serviços de saúde.
- (A) Apenas I, II e III.
 - (B) Apenas I e III.
 - (C) Apenas I e II.
 - (D) Apenas II e III.
 - (E) Apenas III.

49. No Município de Novo Hamburgo (RS), o não pagamento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), no prazo de seu vencimento, caracteriza o sujeito passivo em mora, ficando o débito passível dos acréscimos de atualização monetária e multa de

- (A) 5% (cinco por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, desde o seu vencimento até o seu efetivo pagamento, bem como a inscrição do débito em dívida ativa.
- (B) 10% (dez por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, desde o seu vencimento até o seu efetivo pagamento, bem como a inscrição do débito em dívida ativa.
- (C) 15% (quinze por cento) e juros de 2% (dois por cento) ao mês ou fração, desde o seu vencimento até o seu efetivo pagamento, bem como a inscrição do débito em dívida ativa.
- (D) 20% (vinte por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, desde o seu vencimento até o seu efetivo pagamento, bem como a inscrição do débito em dívida ativa.
- (E) 25% (vinte e cinco por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, desde o seu vencimento até o seu efetivo pagamento, bem como a inscrição do débito em dívida ativa.

50. A Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (RS), por meio do Executivo Municipal, estabelecerá os modelos de Declarações Mensais de Serviços, a forma, os prazos e as condições para sua entrega junto à Prefeitura, podendo, ainda, dispor sobre dispensas ou a obrigatoriedade de manutenção de determinadas declarações, tendo em vista a natureza do serviço ou ramo de atividade do sujeito passivo. Esses Modelos de Declarações Mensais de Serviços deverão ser mediante

- (A) Portaria Municipal.
- (B) Lei Complementar.
- (C) Lei Ordinária.
- (D) Medida Provisória.
- (E) Decreto Municipal.